

# A VIDA FINANCEIRA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Um olhar sobre a Roma Antiga

## *FINANCIAL LIFE IN COMPARATIVE PERSPECTIVE*

*A View of Ancient Rome*

Mayan Rodrigues Melo Braga<sup>a, @</sup>

<sup>a</sup>Doutoranda e mestra em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). É bacharel e licenciada em História pela mesma Universidade e professora do Instituto Lima Barreto. Faz parte do Laboratório de História Antiga do Instituto de História da UFRJ (LHIA), desenvolvendo sua pesquisa com centralidade nas seguintes temáticas: História Comparada, Antropologia das trocas, História política e econômica da Antiguidade Clássica. Bolsista CAPES. <sup>@</sup>Contato principal: [mayan@institutolb.org](mailto:mayan@institutolb.org)

### Resumo

O presente artigo fornecerá um panorama sobre as relações financeiras que se desenvolviam na Roma Antiga, entre os séculos I a.C. e II d.C., tomando como interesse principal o estabelecimento das redes de amizade no Mediterrâneo. Para isso, faremos uma análise comparada de casos descritos em algumas das Cartas de Cícero e de Plínio, o Jovem, lançando mão de importantes estudos na área da Economia Antiga, da Sociologia e da Antropologia de forma a entender como as relações de amizade demandavam padrões morais para a assinatura de acordos financeiros e resoluções de conflitos derivados destes. O método utilizado para a abordagem comparativa foi o Método Comparativo Experimental, de Marcel Detienne, o qual busca a assimilação das singularidades de cada um dos processos históricos delimitados na pesquisa, mediante o cruzamento, em especial, das diferenças relacionadas aos contextos das instituições sociais analisadas.

### Palavras-chave

Roma Antiga | Amizade | Relações Financeiras | Cícero | Plínio, o Jovem

### Códigos JEL

G23 | G40 | N20 | N23 | P40 | P51

### Abstract

This research will provide a view on the financial relationships that took place in Ancient Rome, between the first century B.C. and the second century A.D., focusing on the friendship ties establishment around the Mediterranean Sea. For this purpose, we made a comparative analysis of transactions described in the correspondence of Cicero and Pliny, the Younger in the light of research in ancient economics, sociology, and anthropology. We have endeavored to understand how friends considered the moral standards of creditors and debtors prior to engaging upon financial transactions as well as in the resolution of disputes arising from these transactions. The framework used for our approach was Marcel's Detienne "Comparative Experimental Method", that seeks to assess the singularities of each historical case while analyzing the situation within its context.

### Keywords

Ancient Rome | Friendship | Financial Relationships | Cicero | Pliny, the Young

### JEL Codes

G23 | G40 | N20 | N23 | P40 | P51

## 1. INTRODUÇÃO

Falar de finanças na Roma Antiga suscita, em primeiro lugar, alguns questionamentos importantes. O primeiro deles tem a ver com o próprio lugar da Economia e do mundo financeiro em si - afinal, seria

possível falar de Economia e Finanças na Antiguidade, uma vez que muitos dos conceitos propriamente econômicos não existiam nas sociedades da época?

A resposta é evidente e afirmativa. Na verdade, os estudos sobre Economia e Finanças no chamado mundo clássico tiveram sua impulsão a partir de meados do século XX, principalmente em virtude da importância que o método serial passou a ter para a escrita da História. Nos anos 1960, foram pioneiros os trabalhos de Claude Nicolet sobre os negócios da elite romana ligados à terra. Mais tarde, apropriando-se da perspectiva de Nicolet e indo mais além, Jean Andreau desenvolveu, a partir dos anos 1980, um estudo sistemático sobre o mundo financeiro romano entre os séculos III a.C. e III d.C., apresentando o universo de transações financeiras privadas ligadas ao mercado de crédito dos ricos romanos. Até então, ambos os autores tinham como foco a economia e o mercado formal de crédito romanos, dentro da perspectiva de uma História Global.

Contudo, os estudos sobre trocas econômicas já haviam tomado lugar, desde o início do século XX, em outras áreas, com o avanço epistemológico da Antropologia e da Sociologia. Nesse sentido, muitos estudos se desenvolveram a fim de analisar as chamadas trocas recíprocas; a partir de então, verificou-se que, em muitas sociedades pré-capitalistas, existia um tipo de moral vinculado às trocas, em especial aquelas que ocorriam entre amigos e familiares.

Em sua obra *Ensaio sobre o Dom*, Marcel Mauss se debruçou a fundo na comparação de alguns destes casos. Chamaram-nos atenção, em especial, suas extensas páginas sobre as trocas realizadas entre os romanos do antigo império, tendo por base de análise o *Digesto* e muitos outros documentos jurídicos. Assim, Mauss procurou demonstrar que havia uma economia que se sobrepunha ao racionalismo capitalista e que perpassou a humanidade por eras, remanescendo até a sua época. Seus estudos foram, ademais, propagados e examinados pelas gerações posteriores, que também se debruçaram sobre aquilo que se convencionou chamar de *reciprocidade das trocas humanas*.

Na década de 1950, Karl Polanyi passou a enfatizar que a submissão do ser humano à necessidade ou ao lucro pessoal é um fenômeno moderno e capitalista. Antes disso, as sociedades se organizavam de forma que suas necessidades pudessem ser supridas, tendo ou não a ajuda dos poderes políticos centrais. Dessa forma, a economia estava submersa em um sistema social no qual era impossível separá-la de outros estamentos, como a política, a religião e as tradições. Nesses mundos, da antiguidade até o advento do capitalismo, a moral subordinava os interesses individuais aos coletivos.

A esse tipo de troca, Edward Thompson chamou de *Economia Moral*. Em sua obra *A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII*, de 1971, o historiador analisou como o povo inglês criava estratégias que se imbricavam com as relações de troca e reciprocidade e que, por sua vez, tinham como objetivo estabelecer a manutenção de suas necessidades básicas, frente a um governo opressor. Todavia, em suas palavras, essa economia moral não se manifestava somente nos momentos de crise, mas era um traço das ações sociais que incidiam diretamente no plano político e econômico.<sup>1</sup>

Ademais, essa idéia já havia sido salientada por Pierre Vidal-Naquet e Moses Finley, em seus trabalhos sobre as formas políticas grega e romana. Finley, por sua vez, insistia que as relações de troca entre os romanos antigos estabeleciam estratégias que faziam frente ao controle do Estado. Na mesma época, Detienne reivindicou a utilização dos estudos antropológicos para a compreensão das trocas humanas na História, ao passo que, na década de 1990, Konraad Verboven se destacou ao defender abertamente a idéia de que a sociedade romana antiga estava imersa em uma ampla rede de contatos que se configuravam como ferramentas sociais para atingir poder, status e uma série de privilégios ou necessidades.

Nas últimas décadas, no âmbito historiográfico, o mercado informal de crédito passou a ser estudado e, nesse sentido, particularidades das transações financeiras passaram a destacar-se, como as trocas realizadas em redes de amizade. Os trabalhos de Konraad Verboven e Marine Ioannatou foram notórios em tais análises, pois inseriram a importância de uma perspectiva social para os estudos relativos aos aspectos econômicos e financeiros da sociedade romana, através de uma metodologia mais qualitativa. A partir dela, e, nos últimos anos, muitas pesquisas sobre Economia e Finanças no mundo clássico passaram a ser

---

1

produzidas em maior escala.

Outro questionamento diz respeito ao tipo de Economia a qual nos referimos quando analisamos o caso romano: no âmbito da História da Economia romana, tanto quantitativa quanto qualitativa, é um lugar-comum considerar o debate entre as correntes primitivista e modernista, conhecido como *Bücher-Meyer Controversy*. Considerando que a economia romana seja de base pré-capitalista, ambas as correntes dialogam com os pressupostos do que a tornaria singular; enquanto os primeiros ressaltam as diferenças entre a economia antiga e a moderna, estes últimos – os modernistas – tendem à comparação com a economia capitalista do século XIX, apontando as similaridades entre elas.

Apesar de ainda estar em vigor, este é um debate que tende ao fracasso: ambas as correntes ignoram as características que tornam o mundo econômico e financeiro romano singular, tomando como “medida padrão” de suas análises o próprio mundo capitalista.

Portanto, como podemos entender o funcionamento e a organicidade do mundo econômico e financeiro romano? Primeiramente, partimos de um pressuposto básico: nele, não havia uma distinção clara entre o poder político e o econômico. Nesse sentido, Ciro Flamarion Cardoso salienta que, antes do capitalismo, todas as organizações políticas ou todas as formações econômico-sociais eram desenvolvimentos locais, mesmo no Império romano. Eram “universos enclavados, garantindo um mundo cheio de contrastes” (CARDOSO, 2011, p. 33). Na economia do mediterrâneo antigo, a reprodução do sistema dependia de diversos mecanismos que, hoje em dia, seriam considerados fatores “extraeconômicos”. Assim, Cardoso demonstrou que, na Antiguidade Clássica, não existia a ideia de universalização do lucro; os mercados eram, assim, traços secundários da vida social, e não o fator mais importante dela.

Por fim, um terceiro e importante questionamento se relaciona a uma argumentação que insere o panorama da falta de uma documentação propriamente econômica - para alguns, isso faz com que exista uma impossibilidade de se estudar o tema dentro de uma perspectiva histórica.

Todavia, apesar da escassez documental, temos a reminiscência de fontes que nos fornecem uma visão importante sobre como se estabeleciam as relações financeiras no mundo antigo romano; em nosso caso, escolhemos trabalhar com uma densa documentação de gênero epistolar.

Nesse sentido, destacamos o conjunto de Cartas de Cícero (século I a.C.) e Plínio, o Jovem (século II d.C.). A importância documental destas fontes reside no fato de que nelas temos a maior quantidade de informações disponíveis sobre a vida romana da época, em número muito maior do que em qualquer outro documento de tais períodos. Nelas, as relações humanas nos são expostas de maneira abundante, de forma que podemos analisar como elas se desenvolviam no palco político e econômico da elite ao redor de nossos autores. Assim, angariamos menções sobre trocas financeiras entre credores e devedores, compra e venda de produtos e propriedades, empréstimos, taxas de juros, mediações financeiras, etc.<sup>2</sup>

Dessa forma, a partir da análise contínua dos excertos que versam sobre a vida financeira da elite romana entre os séculos I a.C. e II d.C, procuramos destacar o papel que a instituição da amizade (ou *amicitia*, para os romanos) exerceu na formação de relações entre credores e devedores no âmbito político da época. Para chegar a estes desdobramentos, partimos do princípio de que cada transação política e financeira possui significados sociais, conforme salientado por Federico Neiburg (2010, 1-34). Assim, acreditamos, de acordo com a tese polanyiana, que todas as sociedades possuem economias mergulhadas em um conjunto de valores morais que orientam as transações, sejam elas financeiras, econômicas ou mesmo políticas (POLANYI, 1944, 43). Dessa forma, a reprodução de ferramentas para controle político ou financeiro se torna mais importante, em muitos casos, que a intenção de lucro pessoal.

<sup>2</sup> A obra epistolar ciceroniana conta com mais de 900 cartas conservadas, e é dividida em trinta e sete livros, organizada em quatro grupos: a) dezesseis livros destinados a familiares e amigos (*Ad familiares*); b) dezesseis dirigidos ao amigo Ático (*Ad Atticum*); c) três livros de textos enviados a Quinto, irmão de Cícero (*Ad Quintum fratrem*) e d) dois livros a Bruto (*Ad Brutum*). O período de escrita vai do ano de 68 a.C. a 43 a.C. Enquanto isso, o sumo epistolar de Plínio, o Jovem conta com 247 cartas e é dividido em dez livros. As missivas dos nove primeiros livros são dirigidas a 105 destinatários diferentes, enquanto o décimo livro é um compilado de missivas a Trajano e suas respostas, do qual faz parte também o famoso discurso Panegírico. Sua obra abrange um período de cerca de dez anos, de 96-97 a 108 d.C. A presente pesquisa analisou todo o sumo de Cartas aqui destacado.

## 2. A relação entre amizade e finanças no mundo romano durante o século I a.C

O panorama da República Romana do século I a.C. foi comparado, na História Antiga, a um navio afundado em um completo caos político. De acordo com Kathryn Tempest (2011, 61), a política da sociedade romana desta época estava dividida entre os senadores que tentavam tomar as rédeas do setor administrativo estatal e os generais empenhados em possuir destaque na política.

Como um homem deste meio, Cícero tentava manter boas relações políticas a fim de assegurar a manutenção de sua vida financeira. De acordo com Nicholas Rauh (1986, p. 4), o político romano da República Tardia fazia uso dos tradicionais laços de amizade através de quatro vertentes de um mesmo espectro: *beneficia* (favores e auxílios mútuos); *gratia* (obrigação que se tinha pelos favores recebidos e doados); *necessitas* (dependência) e *obligatio*, tanto para propósitos políticos quanto para financeiros.

Assim, a complexidade do espaço republicano romano criava a necessidade de se estabelecer redes de contato entre pessoas da mesma esfera social. Para Verboven (2001, 33), tais redes eram essencialmente importantes para a manutenção do patrimônio das elites romanas, e serviam como uma superestrutura, na qual diversos agentes eram integrados. Tal estrutura dependia dos laços de amizade que eram construídos.

Nesse sentido, é importante explicitarmos aqui o conceito de amizade romana: diferentemente do nosso próprio entendimento sobre a amizade, geralmente atrelado a noções de cunho emocional, a amizade romana do âmbito político possuía características singulares, atreladas à utilidade. Em termos gerais, a *amicitia* romana se desenvolveu através de um sistema político cuja base remanescia na necessidade de se manter laços de união em tempos difíceis. Peter Brunt (1985, 9) afirma que, em muitos casos, a palavra *amicus* no epistolário ciceroniano significava apenas um “companheiro político”. De acordo com David Epstein (1987, 218), a inimizade fazia parte da esfera da *amicitia* romana na época ciceroniana. Assim, era comum que muitos *amicis* e detestassem. Não existia, segundo sua análise, um sentimento afetuoso que fosse implícito a uma relação de *amicitia*.

Da mesma maneira, David Konstan (1997, 25) e Koenraad Verboven (2001, 12) frisam que tais laços de amizade remanesciam nos princípios dos chamados *mutua officia* (ou favores recíprocos), conceito este que era relacionado ao ato de conceder e devolver os favores prestados pelos amigos, na mesma proporção em que estes eram doados. Os *mutua officia* pressupunham uma obrigação personificada pela *fides*, que fazia com que a ajuda prestada sempre fosse retribuída (BRUNT, 1988).

O costume de construir e manter laços de amizade fazia parte da moral e da tradição política romana. Para Peter Brunt (1988, 39), existia uma regra social diretamente relacionada a um senso de obrigação moral para com aqueles com os quais se criava alguma conexão; nesse sentido, Cícero concedia um lugar especial às obrigações prestadas aos amigos, como parte do cumprimento da *fides*<sup>3</sup>. Essa moral também figurava na tradição política romana.

Em tempos de instabilidade política, tais redes eram indispensáveis para a manutenção do poder das elites romanas. Em longo prazo, de acordo com Verboven (2001, 214), a *amicitia* romana estava imbuída nas relações políticas e econômicas de tal forma que era impossível tomá-la como uma instituição à parte. Assim, para o autor,

Uma relação diádica pessoal baseada na confiança, solidariedade e reciprocidade só poderia sobreviver enquanto os parceiros continuassem a interagir de forma mais ou menos regular. *Officia* simbólicas, como pequenos presentes, conversa social, presença em celebrações familiares e assim por diante, expressando a vontade do parceiro em continuar o relacionamento, desempenhavam um papel importante para alcançar a continuidade em um relacionamento voluntário. De certa forma, todos os *beneficia* trocados entre amigos, inclusive os mais valiosos, tinham um aspecto simbólico, levando uma mensagem de solidariedade, confiança e reciprocidade, constituindo um compromisso de continuidade da relação (VERBOVEN, 2002, p. 348).

<sup>3</sup>No mundo financeiro, este termo, derivado da palavra latina *fidere*, que significa *confiar*, designava aqueles que atuavam como mediadores numa transação; estes deveriam garantir o cumprimento dos prazos e deveres contratuais e deveriam ser responsáveis pelo pagamento da dívida caso o devedor não cumprisse com a sua parte. De acordo com Deivid Gaia (2010, 96), esse conceito está ligado à coletividade, “ao conjunto da vida social”. No contexto da vida financeira, a *fides* pode ser traduzida simplesmente como confiança, crédito.

Isso dependia do quanto os agentes envolvidos estavam dispostos a servirem numa rede de interesses mútuos; como já apontado, tais redes favoreciam a manutenção do poder das famílias que governavam Roma. Esse benefício coletivo servia, de acordo com Andrew Wallace-Hadrill (1989, 78) e Peter Brunt (1988, 42), como base para o padrão da política romana na época de Cícero. Nesse sentido, Wallace Hadrill aponta que a eleição de um cargo senatorial, por exemplo, exigia a ativação da rede de obrigações de cada família da elite romana. Assim, os grupos de famílias e até os indivíduos por si só poderiam ter acesso aos recursos controlados pelo Estado romano, como poder, dinheiro e status, através de vínculos de amizade e patrocínio (WALLACE-HADRILL, 1989, 77).

Dentro dessa estrutura de redes de contato, as cartas de recomendação desempenhavam um papel singular: serviam como ferramentas de mediação para pedidos de auxílio entre amigos. Em Cícero, encontramos muitas delas; porém selecionamos como exemplo a carta enviada a Públio Césio, provavelmente filho de um cavaleiro romano de Ravena que conquistou a cidadania romana através da ajuda do pai de Pompeu, no ano de 90 a.C.. Apesar de não sabermos muito sobre este personagem, Cícero menciona que mantém boas relações com este, e a ele recomenda os serviços de outro amigo, Públio Messieno, do qual também não temos informações. A carta, porém, nos revela características importantes sobre tais relações:

Cícero saúda a Públio Césio<sup>4</sup>,

A Públio Messieno, cavaleiro romano adornado com todas as qualidades e meu amigo íntimo, o recomendo com uma recomendação mais veraz possível. Em nome de nossa amizade e da amizade que me une ao seu pai, te peço que o acolha debaixo de sua proteção e zele por seu patrimônio e pelo seu bom nome. Com isso, ganharás um homem de bem e digno da sua amizade, assim como eu ficaria sumariamente agradecido. (Cic., *Let. Fam*, 13. 51)

A recomendação de Messieno a Públio Césio nos oferece um breve panorama do funcionamento da *amicitia* e sua relação com o coletivo: o pedido é feito não só em nome da amizade que une Cícero ao destinatário, mas em nome da amizade entre as famílias, quando o arpinate cita o pai deste. Além disso, a recomendação oferece a oportunidade de uma conexão de favores com a família de Messieno; ao aceitá-la, Públio Césio não só ganharia mais um em seu círculo de aliados, mas renovaria a sua disponibilidade para com Cícero.

Sobre este tipo de contrato moral, Verboven salienta que a amizade romana pressupunha uma obrigação intrínseca de responder ou devolver o que foi dado na forma de serviços e pagamentos (VERBOVEN, 2001, 30). Tal ideia é afirmada pelo próprio Cícero, em uma de suas cartas a Quinto Metelo Céleres<sup>5</sup>, na qual afirmou que a reciprocidade na amizade consistia em receber e devolver a disponibilidade de algo feito entre “pares”, ou seja, uma relação entre dois indivíduos:

Não sei em que consiste para você a reciprocidade na amizade. Em minha opinião, consiste em receber e devolver uma disponibilidade mútua (...) Além disso, por decreto gostaria que recordasse de meu comportamento depois da sua partida: quais intervenções fiz no senado em relação a ti, o que eu disse nas assembleias de cidadãos, a carta que te enviei. Quando reflexionares sobre tudo isso, julga, por favor, se em sua última visita a Roma você respondeu a tudo isso com suficiente reciprocidade (...) e inclusive contribuí, de minha parte, para que tudo isso assim acontecesse – que o meu inimigo, por ser teu irmão, fosse restituído ao cargo mediante um senadoconsulto. Por conseguinte, não é que eu tenha atacado o seu irmão, mas que eu tenha respondido a agressão deste. Em relação a você, não fui “volúvel” como diz, e sim constante. (...) Busquei em todo momento a sua amizade, me esforcei para que você enxergasse o alto grau da minha (amizade). Mantenho a minha boa disposição e, enquanto você quiser, nela perseverarei. Estarei mais disposto a renunciar a raiva que tenho de teu irmão em favor da

<sup>4</sup> O lugar e data de escrita desta carta são incertos, porém o filólogo tradutor, José Beltrán, considera que esta pode ter sido escrita entre 52 e 50 a.C., mediante consulta em escritos prosopográficos.

<sup>5</sup> Governador da Gália Cisalpina e Cônsul em 60 a.C. Os Metelos faziam parte da alta aristocracia romana. Cícero mantém uma comunicação constante com este destinatário.

sua amizade do que sacrificar um pingo do nosso afeto mútuo por causa dessa inimizade” (Cic., *Let. Fam*, 2. 5. 2)

Dessa forma, Cícero recordou a Metelo todas as suas ações feitas em prol deste, e pediu para que ele refletisse se o estava respondendo com a devida reciprocidade. Tentou, pois, reafirmar a sua disponibilidade dentro da relação de *amicitia*, dizendo que esta nunca sofreu abalo algum. Justificou os conflitos com o irmão de Metelo e afirmou que se esforçou para demonstrar as suas ações em favor deste, com boa disposição, e que continuaria fazendo isso. Afirmou que preferia sanar rapidamente o conflito entre si e o irmão de Metelo em prol da amizade do que sacrificar o “afeto recíproco” por uma inimizade. Há, aqui, a associação da *amicitia* com a reciprocidade, a qual é presente, de fato, em todo o *corpus* epistolar de Cícero. Do mesmo modo, é importante salientar que o “afeto” mencionado estava mais ligado a um pressuposto moral de respeito e obrigação para com um compromisso firmado do que a um sentimento propriamente afetivo.

Nesse sentido, os interesses envolvidos entre as partes podem ser transparecidos pelo contexto: a carta é enviada em janeiro de 62 a.C., meses após a Conspiração de Catilina, como uma resposta a uma anterior acusação de Metelo em relação à falta de clemência de Cícero para com os conspiradores. Metelo assegura sua *amicitia* para com Cícero, apesar de se colocar contra seus desígnios, assim como o fez também o seu irmão. Apesar disso, Cícero mantém um tom apaziguador, já que era de seu interesse a manutenção de seu vínculo pessoal com os Metelos; por tal vínculo, acabara de renunciar ao proconsulado na Gália Cisalpina em favor de Metelo, que, por sua vez, mantinha tal dívida moral com o arpinate (BELTRÁN, 2008, 27).

Outro exemplo digno de análise encontrado nas epístolas ciceronianas é o registrado na Carta XIV aos familiares: “Te digo somente que, se nossos amigos cumprem com seu dever, não nos faltará dinheiro”, escreveu Cícero a sua esposa, Terência, em novembro de 58 a.C..<sup>6</sup> A carta, escrita desde o exílio em Tessalônica, versava sobre os rumos financeiros da família. Preocupado com sua esposa e filhos, após a destruição de suas propriedades, Cícero recomenda que Terência se utilize da amizade com Pompeu e César, bem como de homens como Públio Cornélio Léntulo Espínter e Cneu Plâncio. A carta, que possui um tom pesaroso e ao mesmo tempo esperançoso, já que existia uma confiança plena de que seus amigos o ajudariam, nos fornece a chave para o entendimento sobre como a amizade romana poderia servir como base para a resolução de questões econômicas: a amizade, de acordo com Cícero, pressupunha também auxílio financeiro em tempos difíceis.

Ainda em relação ao contexto, cabe-nos mencionar a importância da figura do fiador nas relações financeiras da época. Isso porque não raro o devedor também incluía declarações de *amicitia* a seu fiador, para que o vínculo entre os dois permanecesse sólido o suficiente para a manutenção da garantia da dívida.

É o caso, por exemplo, da relação entre Cícero e Públio Léntulo. Em diversas cartas, Cícero reafirmava seu compromisso com Léntulo, lembrando-o constantemente de seu dever como *amicus*<sup>7</sup> e reafirmando sua amizade:

(...) e ao que me obriga a amizade e a minha conveniência, estou disposto a colaborar nos assuntos que são de interesse daquele cuja colaboração você mesmo considerou oportuna (...) meu afeto por Pompeu, *benéfico* e desejado por ele, considero correto e sincero. Pompeu é um autêntico amigo seu e, sob seu consulado, você conseguirá, se não me engano, tudo o que quiser. Nesses assuntos você sempre me terá ao seu lado e não negligenciarei nada que te diga respeito. *Portanto, não temo importunar a quem considera satisfatória, inclusive por interesse próprio, a minha gratidão* (Cic., *Let. Fam*, 19. I. 8)

O excerto acima nos mostra diferentes facetas de uma relação de *amicitia* da qual se desenvolve uma relação financeira: em primeiro lugar, a *amicitia* era professada e, ao mesmo tempo, subjetivamente ou não, também cobrada. Cobrar a reciprocidade da ação é, em muitas cartas, algo recorrente. Nos casos citados, vemos Léntulo como fiador de uma dívida de Cícero, com Pompeu. Cícero não só ressaltava a sua *amicitia*

<sup>6</sup> Cic., *Let. Fam*, 8. XIV. 1. “*tantum scribo: sicut in officio amici, pecunia non dent.*”

<sup>7</sup> Cic., *Let. Fam*, 20. I. 9; Cic., *Let. Fam*, 15. I. 5<sup>o</sup>; Cic., *Let. Fam*, 17. I. 6; Cic., *Let. Fam*, 18. I. 7; Cic., *Let. Fam*, 19. I. 8; Cic., *Let. Fam*, 20. I. 9; Cic., *Let. Fam*, 56. I. 3.

com seu remetente, mas também lhe falava da importância de sua relação com Pompeu e do compromisso deste para consigo. Ao final, garantia que Lântulo poderia se beneficiar de uma relação com este. Assim, vemos duas necessidades nessa teia de relações: a primeira consistia na manutenção da *amicitia* com um fiador tão importante quanto Lântulo; a segunda indicava a manutenção da confiança do fiador para com o credor, nesse caso estabelecida pelo eixo Lântulo-Pompeu. Ao tecer promessas de apoio a Lântulo mediante a recomendação de Pompeu como credor, Cícero nos faz perceber a complexidade desse tipo de relação – existia uma dialética particular entre os agentes que extrapolava o nível da interação entre credor e devedor.

Assim, a importância da *amicitia* vai além do nível das relações diáticas. Cada laço entre dois amigos só pode ser compreendido através das redes de contatos que envolvem ambos os lados de uma relação. Não era, portanto, apenas a relação entre duas pessoas que definia a credibilidade de um credor ou devedor dentro da elite romana, e sim, toda uma rede de amigos e familiares.

Essa troca de serviços entre duas ou mais pessoas pode ser entendida pelo que a Antropologia chama de “Ciclo de Reciprocidade”. Nesse sentido, analisando sociedades pré-capitalistas, Marshall Sahlins (2017, 70) pontua que o comportamento dos grupos sociais deriva de uma relação preexistente, na qual a amizade produz o auxílio material: assim, o relacionamento normativamente prescreve um modo de interação. Entretanto, se “os amigos criam os presentes”, “os presentes também criam os amigos”, ou seja, as dádivas são produtos de atração e manutenção das relações sociais (SAHLINS, 2017, 12). Para ele, nas sociedades, as relações são construídas por escolha, por interesse ou por desejo, através de muitos meios aleatórios; nos grupos políticos, tais relações são constituídas com as “projeções sociais das ambições” (SAHLINS, 2017, 14), o que codifica uma ordem social estruturante. Nesse meio, as relações são, ao mesmo tempo, projetadas historicamente e incorporadas de forma corrente nas pessoas de autoridade.

Ademais, tanto as relações de amizade simétricas quanto as relações de clientelismo e patronato são, para Verboven, subdivisões de uma classe geral de relações sociais que pode ser encontrada em qualquer sociedade (VERBOVEN, 2001, 7). Esse pressuposto já fora esclarecido amplamente por Karl Polanyi. Em sua obra *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, Polanyi salienta que todas as sociedades, tanto pré quanto capitalistas possuem economias substantivas, ou seja, suas relações econômicas podem ser estudadas a partir de um contexto político ou social. Em muitos casos, a reprodução social ou valores morais são mais importantes que a intenção de lucro pessoal (POLANYI, 1944, 55).

Existia, ainda, uma noção de honra atrelada à noção de crédito. A obrigação moral de pagar uma dívida ou um auxílio prestado estava diretamente ligada à honra que existia entre as partes, em especial, no que tange ao devedor. Tanto na Roma de Cícero, quanto na de Plínio, havia uma execração pública daqueles que não “honravam com suas dívidas”. Atender aos prazos contratuais de um empréstimo envolvia a *fides* da palavra dada, e o descumprimento da obrigação do pagamento acarretava na exposição pública do devedor (BRUNT, 1988, 12).

Nesse sentido, Eric Sabourin, ao abordar a relação entre as noções de troca e reciprocidade na obra de Marcel Mauss, salienta que existe uma moral, um valor ético atrelado à transação econômica, em determinadas sociedades. Essa é, em seu ver, uma moral relacionada às coletividades, às famílias, e não aos indivíduos em si, o que conduz a uma dialética social particular (SABOURIN, 2008, 35).

Essa associação é latente na epistolografia ciceroniana. As menções à reciprocidade de favores financeiros e políticos são constantes e, geralmente, pressupõem uma obrigação moral de responder ou devolver o que foi dado na forma de serviços e pagamentos.

### **3. A relação entre amizade e finanças no mundo romano durante o século II d.C.**

Ao contrário do contexto ciceroniano, marcado por instabilidades em diversos níveis da vida social, a Roma Imperial de Plínio, o Jovem, gozava de uma estabilidade particular. Entretanto, é necessário pontuar

que tal estabilidade, ao menos no âmbito político, foi tema comum em discussões ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, tomou lugar a importância dos embates entre Senado e Imperador, e a relevância do primeiro para o funcionamento da administração pública.

Dessa forma, estudos mais recentes apontam para a influência que as famílias senatoriais exerciam no controle das ferramentas de acesso ao mundo político da época. Portanto, Richard Talbert (1987, 10) pontua que tais grupos possuíam e exerciam uma grande influência política, a qual nenhum imperador poderia administrar sem também estar envolvido. Assim, o autor nos lembra que, para todo imperador que se colocou contra o poder senatorial, o destino reservou um fim trágico.

De fato, é necessário pontuar a importância das interações entre imperador e senado em nossa análise sobre a amizade da Roma pliniana. Patrick Le Roux (2009, 32) sustenta que o senado romano jamais se reduziu a uma mera ferramenta institucional, pois o exercício do poder não se manifestava somente através do controle dos meios de propaganda política. Da mesma forma, não existia uma política que lhes assegurasse impunidade, e, portanto, os jogos de poder dependiam dos laços que se estabeleciam entre os agentes públicos (LE ROUX, 2009, 42).

As interações entre Imperador e Senado podem ser analisadas, dentre outros meios, pelo entendimento do conceito personificado nos *officia amicorum*, que aparece diversas vezes nas cartas de Plínio, o Jovem. Para Wallace-Hadrill (1989, 40), esse conceito expressa de maneira significativa as relações sociais na Roma Imperial, e se refere a uma espécie de “etiqueta” de serviços, que existe numa relação, na qual, obrigatoriamente, o imperador é o superior e os demais inferiores. Essa idéia aplicava-se mesmo ao círculo de amigos mais íntimos do imperador.

De acordo com Renata Venturini, (1999, 300) a *amicitia* da época pliniana respondia a um conjunto de obrigações recíprocas, que residiam no conceito de *officium*, que tinha um valor moral e contratual. Dessa maneira, os benefícios concedidos pelo patrono deveriam, obrigatoriamente, serem pagos mediante apoio em circunstâncias necessárias. De acordo com a autora, no campo político esse apoio poderia ser tanto direto, na forma de auxílio eleitoral, quanto indireto, através de recomendações.

Em Plínio, o Jovem, as cartas de recomendação tinham um papel fundamental para o estabelecimento e manutenção da *amicitia*. Um dos exemplos de *commendatio* que prefigura nossa análise sobre a *amicitia*, é a carta de Plínio a Víbio Máximo<sup>8</sup>. Nela, Plínio se dirige a seu amigo, um cavaleiro romano, e pede para que este conceda uma promoção a um de seus amigos, Arriano Maturo, homem de “destacada virtude”. A moeda de troca seria a posição de Plínio e deste homem “virtuoso” como seus bons devedores:

“Te rogo (Vibio Máximo) para que o conceda (Arriano Maturo) uma distinção dessa natureza na primeira ocasião em que for possível; encontrarás em mim e também nele, devedores agradecidíssimos” (Plin., *Let.*, III, II. p. 154).

Assim, Plínio reclama por um favor à Vibio Máximo, com o qual mantém uma relação de *amicitia* e afirma que, caso ele de tal forma o ajude, estaria disposto a tomá-lo como credor, bem como recomendá-lo a Maturo. A *amicitia*, dessa forma, poderia valer como uma moeda de troca de favores e se inseria como um ponto presente nas relações financeiras – como poderia Plínio estabelecer uma troca mais favorável do que sua idoneidade como devedor em troca de um favor amistoso?

Dessa forma, pode-se visualizar a importância das redes de amizade também para o âmbito financeiro na Roma de Plínio. Nesse sentido, a *fides* funcionava no âmbito das relações que se ligavam por meio das atividades financeiras – as partes em acordo eram envoltas por um sentimento de reciprocidade em comum, que determinava uma assistência mútua em prol de uma mesma necessidade – o pagamento da dívida (VERBOVEN, 2001, 27).

Como homem público, Plínio mantinha uma comunicação freqüente com seus amigos, dentre os quais destacaram-se Tácito e Suetônio. Estes, entretanto, relacionavam-se a um círculo de relações privadas, de caráter afetivo. Todavia, ainda que a *liberalitas* de Plínio fosse concedida a estes, era ainda mais amplamente

<sup>8</sup> *Plin.*, III, II.

propagada por entre os amigos de seu escopo político, e quase sempre era relacionada a um sentimento afetuoso.

Tais amigos o ajudaram desde o início de sua carreira política; da mesma forma, Plínio também se utilizava da amizade com o imperador Trajano para fazer concessões a alguns deles. Em carta a um de seus amigos literatos, Cornélio Ticiano, Plínio menciona que era comum utilizar a amizade do príncipe para este fim.<sup>9</sup> Assim, a *amicitia* em Plínio também pode ser entendida para além das relações diáticas.

Também, enquanto as partes envolvidas obtinham benefícios políticos e materiais claros, havia também a questão dos ganhos imateriais inerentes a esse tipo de relação, como status, idoneidade no caso de uma transação financeira, poder pessoal, manutenção de vínculos, etc. Para Wallace-Hadrill (1989, 77), os benefícios gerados nesse espectro de relações respondiam a necessidades variadas em um contexto no qual, na prática, não havia distinções de status social entre patrono e cliente. Dessa forma, enquanto que, na teoria, tais relações seguem preceitos bem definidos impostos pelo papel da *fides*, no dia a dia do homem romano da época pliniana elas eram mais fluidas.

Nesse sentido, o autor pontua que, apesar do termo patronato ser utilizado para abranger todas as relações de *amicitia* no seio político, a distinção entre *amici* e *clientes* era feita de forma natural, e ambas as expressões eram utilizadas dentro da mesma linguagem de amizade, confiança e obrigação. Esse sistema, em suas palavras, era responsável por mediar os recursos do Estado romano através das interconexões pessoais (WALLACE-HADRILL, 1989, 78). Dessa forma, o papel da *amicitia* se tornava mais extenso, atingindo a macro organicidade do poder público.

As extensas atividades de crédito que se desenrolavam no mundo financeiro da era de Trajano faziam parte de uma atmosfera econômica de relativa estabilidade. Nesse sentido, Ciro Flamarion Cardoso (2011, 35) atenta para o fato de que o Império Romano era uma unidade econômica territorial, e não havia nada que exercesse o poder de controle sobre a organização do espaço econômico. Assim, os mecanismos de gestão eram colocados de forma arbitrária, na maioria das vezes sem a intervenção do centro de poder, ainda que houvesse uma organização administrativa do mundo da economia e das finanças.

Portanto, destacamos aqui o caráter independente das relações financeiras que ocorriam em território romano, a saber, todas que envolviam uma relação entre dois ou mais agentes, fossem eles credores, devedores, fiadores, etc. Dessa forma, o Estado romano pouco interferia nas transações, seja como órgão regulador ou fiscalizador. Nesse sentido, de acordo com Richard Duncan-Jones (1982, 123), as atividades de crédito se auto-regulavam seguindo o interesse de demandas contratuais, oriundas tanto do contexto político, já que tal esfera era interconectada com o mundo econômico, quanto das necessidades dos indivíduos que atuavam nesse sistema (DUNCAN-JONES, 1982, 123).

É exatamente nessa esfera de operações individuais que a *amicitia* servia de estratégia para a resolução das demandas financeiras. Estas, por sua vez, se apoiavam em uma série de vínculos e relações pessoais de diversos níveis, como os que veremos a seguir, dentro do contexto pliniano.

Em carta a uma certa Calvina, com quem Plínio menciona ter laços de *officium*, vemos se desdobrar uma série de admoestações deste em relação à mulher:

Seu teu pai tivesse feito dívidas com muitos ou somente com qualquer um que não fosse eu mesmo, quem sabe se poderia duvidar se aceitava uma herança que inclusive para um homem poderia ter sido uma carga pesada. Mas eu, movido pelo dever de nossa officia, uma vez tendo pagado a todos os devedores, não direi nem mais exigentes, mas diligentes, sobrei como único credor, e como eu, ainda durante a vida de teu pai, havia contribuído com uma soma de 100.000 sestércios como dote para o seu casamento, além da quantidade que teu pai lhe deu, tens a firme garantia da minha condescendência, com cuja confiança debes defender a honra e a reputação de teu pai (Plin., *Let.*, 2.4)

Aqui, há muitas camadas de informação. Em primeiro lugar, é importante entender que Plínio aconselhou Calvina a usar a herança deixada por seu falecido pai para pagar a dívida que o mesmo mantinha com

<sup>9</sup> Plin., *Let.*, I.XVII.

Plínio. Em relação ao pagamento da dívida, que Plínio afirma ser de 100.000 sestércios, o autor salienta o “dever de nossa *officia*” e afirma categoricamente que Calvina deveria “defender a honra e reputação se seu pai” - caso a dívida não fosse paga, a vergonha recairia sobre a memória do falecido pai de Calvina, e, conseqüentemente, de sua família.

Percebemos aqui dois pontos importantes acerca das relações financeiras em torno de Plínio. A primeira reside na posição deste como credor que cobra uma dívida: apesar de não sabermos qual o nível de amizade entre Plínio e Calvina, a coerção ao pagamento da dívida é clara: como sujeito devedor, Calvina tinha o dever – que aqui é colocado como um quadro de obrigatoriedade -, de pagar a dívida de seu falecido pai com Plínio. Dessa forma, os laços de amizade detinham em si o dever do pagamento dado o falecimento de um membro da família. A dívida, assim, mantém como obrigação final o pagamento, mesmo nos círculos familiares e aparece aqui como um reflexo de uma característica das transações romanas na época.

Outro ponto importante é o resultado do não pagamento da dívida a que Plínio faz questão de mencionar: caso Calvina não pagasse o montante, a vergonha recairia sobre a memória da família. Plínio ainda ressalta, na mesma carta, o fato de ter sido o único credor do pai de Calvina, que seria um motivo adicional para a quitação da dívida. Portanto, o devedor, unido ao credor por laços de amizade, no caso de uma amizade simétrica, não obtinha trégua por sua situação – o fato de pertencer a um mesmo status social não excluía a obrigatoriedade do pagamento, pelo contrário, destacava ainda mais o dever e a obrigação em se pagar uma determinada dívida. A figura de Plínio como único credor em relação a seu parente também conta como situação favorável ao pagamento – este se torna mais um motivo que obrigava Calvina a quitar a dívida (GONZÁLEZ, 2005, 275).

Assim, as relações financeiras presentes em um círculo de *amicitia* se revestiam de uma obrigação pragmática entre credor e devedor, e soma-se a isso o fato de que o não pagamento de uma dívida incorreria na má reputação do nome da própria família envolvida. Por um lado, o credor aparece como sujeito que detém a maior necessidade do pagamento; por outro, o devedor mantém a mesma necessidade, em uma determinada proporção, uma vez que, caso não cumpra com a obrigação relativa ao pagamento, será atingido por um prejuízo de valor moral que sobrecaria na imagem da própria família.

No caso citado acima, conseguimos entender como a *fides* funcionava no âmbito das relações de amizade que formavam as atividades financeiras – as partes em acordo eram envoltas por um sentimento de reciprocidade em comum, que determinava uma assistência mútua em prol de uma mesma necessidade – o pagamento da dívida. Ainda, segundo Andreau:

Na elite senatorial romana, muitos empréstimos foram acompanhadas por grandes declarações de *amicitia* e resultaram em reciprocidade. No entanto, em muitos casos, eles foram remunerados e foram mesmo solicitado por um desejo definido para o lucro. Esse tipo de prática existiu em todas as sociedades pré-industriais, incluindo a Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII. Eles não denotam, portanto, um arcaísmo extremo (ANDREAU, 2003, p. 141).

Ademais, é importante salientar que o desejo definido para o lucro não era o único fator no qual se baseavam tais relações. De acordo com Verboven (2001, 17), interesses de cunho moral também estavam atrelados às relações de forma orgânica, já que respondiam à busca por poder político e econômico. Dessa forma, todas essas relações faziam com que a atividade do crédito se mantivesse não apenas no âmbito financeiro, mas fizesse parte das esferas política e social, onde credores e devedores se inter-relacionavam de forma simbiótica, com interesses e necessidades mútuas, configurando, assim, uma esfera de dependência entre as partes (VERBOVEN, 2001, 24).

Os eixos de análise aos quais nos detemos – os laços de amizade e as recompensas de valor financeiro e moral são apenas alguns traços de uma série de relações entre credores e devedores. Afinal, os efeitos econômicos das relações sociais baseadas na *fides* devem, de fato, ser vistos como substitutos das instituições, como afirmou Wallace-Hadrill ou residem apenas em uma maneira para conseguir lucro financeiro e moral sem elas? Acreditamos que este é um problema que ainda necessita ser explorado.

## 4. Análise comparada dos processos

Colocando em comparação as duas análises sobre a relação entre amizade e vida financeira, notamos que houve uma mudança notável no campo semântico e ideológico nos quais a amizade romana residia, entre o período do século I a.C. até o século II d.C. Essa mudança pode ser entendida pelo *ethos* político e cultural que foi alterado de forma singular entre tais temporalidades.

Assim, na Roma da República Tardia a configuração do sistema social requeria um número sempre razoável de alianças estreitas, que se formavam, ademais, durante décadas de contatos entre as famílias. Enquanto isso, na Roma do século II d.C., o *modus operandi* do sistema político do principado, que controlava os acessos ao poder, acabou por configurar relações de amizade mais fluidas, menos relacionadas a obrigações recíprocas, ainda que a *fides* fosse a base da moralidade inerente à amizade. Em suma, em suas palavras, Plínio deixa claro que os apoios são inconstantes. Em Cícero, a amizade é fortemente ligada à constância.

No campo financeiro, encontramos uma variação constante nos termos da *amicitia* aplicada às relações entre credores e devedores na Roma da República Tardia. Por conseguinte, também analisamos um número substantivo de menções a abonos de dívidas, diminuição das taxas de juros e flexibilidade nos termos dos contratos que eram estabelecidos entre amigos. Assim, a amizade poderia transformar esse tipo de relação em algo que fosse benéfico para ambas as partes envolvidas, desconsiderando, por vezes, os prazos contratuais. O aumento dessa tolerância pode ser exemplificado pelo alto número de mediadores e de transferências de dívidas que eram realizadas no período.

Tal flexibilidade não pôde ser encontrada nas Cartas plinianas. Ao contrário, Plínio se mostra demasiadamente rígido com o cumprimento de prazos contratuais, mesmo aqueles estabelecidos entre amigos íntimos. Dessa forma, a *amicitia* não implicava num alívio para o devedor, e sim tornava sua obrigação ainda mais forte, pois demandava o cumprimento ativo da *fides*. Esta, por sua vez, gerava um sentimento de dever em relação ao cumprimento do pagamento de uma dívida.

Em ambos os contextos os agentes também se colocavam como moedas de troca, nos papéis de credores. Dessa forma, ser um amigo que cumpria os prazos contratuais e emprestava dinheiro em tempos de necessidade era uma condição para que as transações financeiras entre membros da elite se estabelecessem de forma constante.

Outrossim, aqueles que possuíam um “bom nome” como credores ou devedores, eram honrados entre os amigos, e isso ocasionava benefícios não somente para os indivíduos que faziam ou tomavam empréstimos, mas, a longo prazo, toda uma rede financeira se sustentava com base nesse tipo de relações.

Igualmente, tanto no caso de Cícero quanto no de Plínio, existia uma obrigação moral em relação ao retorno de um pagamento. Assim, atender aos prazos contratuais acabava por ser uma premissa para a manutenção ou para o fim de muitas relações. Isso porque, de acordo com Wallace-Hadrill (1989, 39), para que uma relação dialética pudesse existir, era necessário que um conjunto de outras relações existisse anteriormente e formasse seu sustentáculo (WALLACE-HADRILL, 1989, 39). Portanto, mesmo no campo financeiro, a *amicitia* se consolidava como uma estratégia de poder, que garantia o funcionamento de uma rede econômica que se auto-reproduzia através das formas tradicionais de mercado e pagamentos.

Entretanto, o entendimento sobre a *amicitia* como instrumento de poder também se aproxima, de determinadas formas, em ambos os casos. Em nossa abordagem sobre as semelhanças dos processos, temos dois homens-novos, Cícero e Plínio, tentando manter suas posições políticas e necessidades pessoais, ainda que em contextos distintos. Ambos pertenciam à elite romana e galgaram posições semelhantes nas magistraturas, incluindo um proconsulado. O modo como conduziam suas relações de forma a permanecer no jogo político nos leva a tecer alguns pontos de comparação.

Em primeiro lugar, é importante destacar o papel que os *mutua officia* ocupavam na construção das relações de amizade e na sua manutenção. Os chamados favores recíprocos obedeciam ao princípio da *fides* romana, dentro de um conjunto de esteios morais que guiavam aquela sociedade em ambos os contextos.

Nesse sentido, destacamos a frequência, encontrada na documentação, das renovações de disponibilidade que cada um dos autores fazia questão de demarcar. Assim, cada vez que asseguravam sua *amicitia* a alguém, o hábito de demonstrar seus próprios feitos e cobrar a obrigação mútua, a saber, uma reciprocidade inerente, continuava.

Dessa forma, visualizamos um interesse orgânico que preenchia as relações de amizade em ambos os contextos e que era relacionado às intenções políticas e econômicas dos agentes. Tal interesse era estruturado por um apoio personificado pelo ato de conceder um *beneficium* a alguém, dentro das ações de um *officium*, e pelo ato de receber tal ajuda, demonstrando *gratia* e devolvendo o auxílio de forma recíproca. Tal devolução não era, em teoria, obrigatória. Entretanto, era socialmente esperada, dentro das convenções morais das trocas recíprocas entre amigos.

Assim, dentro desse ciclo de reciprocidade, inerente às mais diferentes sociedades, existe sempre uma expectativa pelo retorno de um serviço prestado a um amigo, ainda que, em teoria, a moral social conduza as formas de tal ação como um ato gratuito e desinteressado. Nesse sentido, é notória a forma como tanto Cícero quanto Plínio demarcam suas pretensões de receber o equivalente a seus atos de *officium*. Tais pretensões são sempre justificadas pelo argumento do papel que a *fides* desempenhava nas relações entre amigos.

Da mesma forma, é essencial destacar o interesse pela manutenção de capitais simbólicos, que podem ser entendidos como as principais vantagens oriundas das relações. Assim, tanto Cícero quanto Plínio, como homens da elite, ganhavam benefícios imateriais através de suas redes de contato. Tais benefícios residiam na própria manutenção dos vínculos de amizade que asseguravam as necessidades de cada um deles, como apoio político, status, formação de vínculos com outras pessoas importantes, apoio financeiro, e formação de um ideário particular.

Em Cícero, por exemplo, vimos como sua relação com Metelo era politicamente benéfica para ambos. Assim, enquanto Metelo obteve de Cícero o apoio necessário para garantir um proconsulado na Gália, o arpinate angariou a ajuda do amigo em seu retorno do exílio e para fins de manutenção de um vínculo mais próximo com Pompeu.

De igual maneira, as relações de Plínio, o Jovem, se mostraram estratégicas para a construção de seu projeto político e, a cabo, de uma imagem ideal, conforme exposta em suas cartas. No panorama de suas relações, a *amicitia* representou uma ferramenta para atingir interesses pessoais, fossem políticos ou financeiros. Sua amizade com o imperador Trajano, por exemplo, não só o forneceu a estabilidade necessária como servidor público e político, mas garantiu que sua rede de amizades fosse mantida. Do mesmo modo, como vimos, os interesses de muitos amigos de Plínio foram supridos mediante o contato de Plínio com o centro do poder imperial.

Nesse contexto, o capital simbólico das elites romanas pode ser entendido como o conjunto de interesses relacionados à tomada do poder político e econômico, que se concretizavam mediante estratégias de resistência aos poderes autocráticos; além disso, tal resistência também servia para suprimir reivindicações de outros setores da sociedade, como as camadas sociais mais baixas. Portanto, as elites romanas garantiam a sustentação de seu poder político e econômico através da manutenção do sistema de redes de contatos que se solidificavam pela *amicitia*. Tal sistema, por sua vez, garantia não só ganhos materiais, mas um capital simbólico de imenso valor para a perpetuação desse grupo político nas esferas de controle do Estado.

Assim, no último século da República, de acordo com Verboven (2011, 478), a *amicitia* contornou os procedimentos formais e forneceu ajudas necessárias onde as instituições políticas falharam. Já na Roma Imperial, de acordo com Richard Saller (2002, 14), ela se personificou “num corolário da falha das instituições romanas”, que acabou por gerar uma obrigatoriedade implícita no cumprimento de seus padrões. Portanto em ambos os contextos, a *amicitia* surgiu como uma ferramenta para alavancar e proteger a posição política dos indivíduos, bem como desempenhava um papel singular em garantir uma série de vantagens, materiais ou simbólicas, entre estes.

Tais conclusões reafirmam o pensamento Polanyiano, segundo o qual, nas sociedades anteriores ao modelo capitalista, a salvaguarda dos estatutos e benefícios sociais dos grupos era mais importante que os interesses

individuais, já que estes não poderiam existir sem os primeiros. Assim, a valorização dos meios para atingir os fins é um traço marcante dessas sociedades. Da mesma forma, essa valorização possui um caráter “combinado”, que reside nas manifestações tácitas das expressões sociais (POLANYI, 1944, 65).

Por fim, enfatizamos a importância da manutenção dos vínculos familiares como forma criada pela elite romana para a soberania de seus interesses. Essa questão é constantemente mencionada tanto por Cícero quanto por Plínio. Assim, não raro o arpinate concedia um favor ou um empréstimo a alguém, não por causa de sua relação íntima com este, mas em memória ou em respeito à relação que mantinha com sua família.

Consequentemente, reafirmamos que o gerenciamento da *amicitia* entre os romanos tanto do século I a.C. quanto do século II d.C., respondia, em primeira via, a interesses coletivos, e se firmava como estratégia para a manutenção de seu poderio político e econômico. Dessa forma, a coletividade estruturava os jogos de poder de ambos os períodos, e se colocava como um fato social que funcionava independentemente dos interesses individuais. De maneira geral, ela atuava como ferramenta para o acesso ao controle das esferas do poder em cada um dos contextos.

## 5. DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 5.1 Documentação textual:

CICERO. **Letters to Atticus**. Trad. e Ed. por Shackleton Bailey. LOEB Classical Library. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Letters to Friends**. Trad. e Ed. por Shackleton Bailey. LOEB Classical Library. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

CICERÓN. **Cartas I: Cartas a Ático**. v. 1. Trad. por Miguel Rodríguez Pantoja-Márquez. Madrid: Gredos, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cartas II: Cartas a Ático**. Trad. por Miguel Rodríguez Pantoja-Márquez. Madrid: Gredos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cartas III: Cartas a los familiares**. Trad. por José A. Beltrán Gredos. Madrid: Gredos, 2008.

PLINIO, O JOVEM. **Letters and Panegyricus**. Trad. e Ed. por Betty Radice. LOEB Classical Library. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1969.

EL JÓVEN, Plinio. **Cartas**. Trad. por Julián González Fernández. Madrid: Gredos, 2005.

### 5.2 Bibliografia instrumental e específica:

ANDREAU, J. **Baking and business in the Roman world**. Trad. Janet Lloyd. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BRUNT, P. **Amicitia in the Late Roman Republic**. *The Cambridge Classical Journal* 11, 1965;

\_\_\_\_\_. **The fall of the Roman Republic**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

CARDOSO, C. et al. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, v. 1, n. 997, 1997.

\_\_\_\_\_. **Existiu uma economia romana?** Rio de Janeiro, Phoinix, 2011.

DETIENNE, M. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

DOUGLAS, M. **No free Gift**: introduction to Marcel Mauss's essay on the Gift. *Risk and Blame*, New York: Routledge, 1992.

DUNCAN-JONES, R. **Economy of the Roman Empire: quantitative studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. **The finances of the Younger Pliny**. *Papers of the British School at Rome*, v. 33, London: 1965, p. 179.

EPSTEIN, D. **Personal enmity in Roman politics, 218-43 BC**. London: Routledge, 1987.

FRIER, B.; KEHOE, D. Law and economic institutions. **The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GARNSEY, P.; SALLER, R. **The Roman Empire: economy, society and culture**. California: University of California Press, 2014.

KONSTAN, D. **Friendship in the classical world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LE ROUX, P. **Império Romano**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. In DUARTE, Fernando Dias (org). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia**. ANPOCS/ Editora Vozes, 2010.

POLANYI, K. **The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Times**. New York: Farrar & Rinehart Inc, 1944.

RAUH, N. **Cicero's business friendships: economics and politics in the late Roman Republic**. *Milão: Aevum*, v. 60, n. Fasc. 1, 1986.

SABOURIN, E. **Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, 2008.

- SAHLINS, M. **Stone age economics**. Vol. 130. London: Transaction Publishers, 1974.
- SALLER, R. **Personal patronage under the early empire**. Cambridge University Press, 2002.
- TALBERT, R. **The senate of imperial Rome**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- TEMPEST, K. **Cicero: Politics and Persuasion in Ancient Rome**. London: A&C Black, 2011.
- TEMIN, P. **A market economy in the early Roman Empire**. Oxford: The Journal of Roman Studies, v. 91, 2001.
- VENTURINI, R. **Relações de poder em Roma: patronato na correspondência pliniana**. 2000. Tese de Doutorado.
- VERBOVEN, K. **The Economy of Friends: Economic Aspects of Amicitia**. Bruxelles: Collection Latomus, 2002.
- WALLACE-HADRILL, A. **Civilis princeps: between citizen and king**. Oxford: The Journal of Roman Studies, v. 72, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Patronage in Roman society: from Republic to Empire**. London: Routledge, v. 63, 1989.